

Subcomissão tende a reforçar finanças de estados e municípios

Brasília — Os membros da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas deverão optar por uma ampla reforma do atual sistema tributário do país, fortalecendo as finanças dos estados e municípios. Esta tendência foi manifestada durante os debates de ontem, dos quais participou o professor Fernando Rezende, técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipea) do Ministério do Planejamento.

O professor defendeu a reformulação do sistema tributário brasileiro, com a redução do número de impostos e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novos. Um exemplo seria o tributo sobre heranças e doações. Com relação à revisão do imposto de renda, o técnico pregou a tributação sobre a totalidade do patrimônio pessoal ou familiar e não apenas sobre a renda proveniente do trabalho e parte dos rendimentos e ganhos de capital, como ocorre hoje.

Quanto à tributação de mercadorias e serviços, ele propôs a extinção dos impostos únicos, do imposto sobre serviços de qualquer natureza e dos impostos sobre transportes e sobre serviços de comunicação. O ICM (imposto sobre circulação de mercadorias), na proposta do professor, seria substituído pelos impostos sobre operações relativas à circulação de coisas móveis corpóreas e sobre a prestação de serviços. E, em lugar do IPI (imposto sobre produtos industrializados), surgiria o imposto sobre bebidas, veículos automotores e derivados do fumo.

A proposta — a primeira debatida entre os membros da Subcomissão de Tributos — foi bem recebida, mas os constituintes ainda questionam se a fórmula atingiria o principal objetivo: fortalecer estados e municípios. A Subcomissão ouvirá técnicos, autoridades estaduais e municipais, juristas e estudiosos do assunto, para elaborar sua proposta.

Reforma sanitária tem apoio de constituintes

Brasília — Nos últimos dois anos, o tema criou polêmica, causou atritos entre sanitaristas e proprietários de hospitais, provocou demissões no Ministério da Saúde, e foi citado até em novelas de televisão. Mas, ao contrário do esperado, a reforma sanitária chegou à Assembleia Constituinte sem causar maiores sobressaltos nos parlamentares da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, que consideram a proposta como uma necessidade "consensual", e "tímidas" as reivindicações da Comissão Nacional de Reforma Sanitária.

O assunto, sem dúvida, será o mais polêmico a ser tratado pela subcomissão, mas no primeiro round foi assimilado com tranquilidade pelos parlamentares. "Ficou clara a necessidade de avançar mais na definição das responsabilidades do setor público na área de saúde", declarou o deputado Eduardo Jorge (PT-SP). O secretário-geral do Ministério da Saúde, José Alberto Hermógenes, apresentou o documento elaborado pela comissão, desculpando-se pelos termos "nem sempre apropriados ao texto jurídico".

"Sinto-me muito feliz em apresentar este documento hoje (ontem), coincidentemente no dia em que deixo o Ministério da Saúde. É um ciclo de trabalho que se encerrou", disse Hermógenes, que assumirá a direção da Bahia Farma, empresa de medicamentos do estado da Bahia.

O documento, dividido em seis artigos, considera obrigação do Estado assegurar o acesso da população aos postos de saúde e proporcionar os meios de financiamento. Nas Disposições Transitórias, propõe que a Previdência Social destine pelo menos 45% da contribuição patronal a um fundo de saúde, que seria criado para redistribuir as verbas para estados e municípios.

Itamarati quer defesa da paz na nova Carta

Brasília — Dois artigos na nova Constituição são considerados fundamentais pelo secretário-geral do Itamarati, embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, "para que o Brasil mantenha seu perfil pacífico e de saudável convívio internacional": um deve proibir guerra de conquista e o outro garantir liberação de recursos para soluções pacíficas para eventuais conflitos. "Essa já é uma tradição nas constituições brasileiras que deve ser mantida", disse o embaixador ao debater com os integrantes da subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Constituinte.

O embaixador manifestou-se contrário à proposta do deputado Sarney Filho, que sugere um artigo na Constituição proibindo o Brasil de fabricar artefatos bélicos. O deputado quis saber a posição do embaixador a respeito e Flexa de Lima lembrou que "o Brasil é membro das Nações Unidas e não poderia ter normas constitucionais impedindo essa participação".

Depois de expor à subcomissão o relacionamento internacional brasileiro — quando traçou o "perfil pacífico do país nas várias áreas" e defende a importância "do diálogo Legislativo e Executivo para a manutenção dessa imagem" — Flexa de Lima, respondendo a uma pergunta do deputado Aécio Neves, disse que a questão do protecionismo de países industrializados, que prejudicam as exportações brasileiras, é diferente da posição brasileira no que se refere à questão de indústrias nascentes, particularmente a da informática. "Não podemos fazer essa comparação. Num país como o nosso, é legítimo o direito de proteger a indústria nascente."

Paulo Tarso, voltando a falar no entrosamento do Legislativo com o Executivo para fortalecimento das relações internacionais do Brasil, deu ênfase a que "exista uma concepção constitucional de inter-relação de poderes na questão da dívida externa. Isso é fundamental".



Arinos quer texto com "fidelidade jurídica" sem agredir a "castidade gramatical"

Arinos convoca filólogos para que Constituição saia sem erro

Para que, além de "fidelidade jurídica", o texto final que a Comissão de Sistematização vai apresentar aos constituintes tenha "castidade gramatical", o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), pretende convidar filólogos que "devem dar a forma do projeto". O senador cita o acadêmico Antônio Houaiss e o candidato à Academia Celso Cunha como prováveis assessores da Comissão. Celso Cunha e Antônio Houaiss, se vierem a trabalhar na Comissão, vão rever, do ponto de vista gramatical, os artigos que irão a plenário.

Plenário que, na opinião de Arinos, deve começar a discutir logo o sistema de governo, "porque há muitos temas que dependem dessa definição, como o mandato presidencial, por exemplo". O senador confia na aprovação da proposta de parlamentarismo "dualista" elaborada pela Comissão de Estudos Constitucionais presidida por ele. "Se nós conseguirmos instituir isso no Brasil, damos estabilidade para toda a América Latina, acabamos com o que está acontecendo na Argentina, por exemplo. Temos 100 anos de República e mais de 50 de governos irregulares. Nós vamos ganhar nessa questão."

O senador atribui a demora dos tra-

balhos da Constituinte à ausência de um projeto inicial para discussão. "Como todas as constituintes, com exceção da de 46, tiveram". Ele conta divertidamente que o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) — "um parlamentarista" — o avisou que o projeto da sua Comissão está "servindo de cola para muita gente".

Reforma Agrária

Arinos presidiu uma mesa-redonda sobre reforma agrária na sede da Fundação Getúlio Vargas, promovida pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política (Indipo), da própria Fundação. Ouviu durante três horas análises e propostas à Constituinte feitas pela professora Aspásia Camargo, do Centro de Pesquisa e Documentação (Cpdoc) da FGV, pelo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Octávio Mello Alvarenga, pelo economista Plínio Assis Pereira Júnior, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelos procuradores do Incra, Paulo de Almeida Amaral e Rafael Augusto de Mendonça Lima.

Essas sugestões serão encaminhadas à Constituinte pelo próprio Arinos. A principal delas, aprovada por todos os participantes, é a criação de uma justiça

agrária, que seria responsável para arbitrar desde desapropriações até problemas trabalhistas, passando por invasões de terras. A sugestão foi de Otávio Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, que considerou a UDR "o trapalhão mais perigoso que já surgiu no cenário político". É na Justiça, segundo o procurador regional do Incra no Rio de Janeiro, Paulo de Almeida Amaral, que emperram a maioria dos processos "sumaríssimos" de desapropriação.

Aspásia Camargo pediu a criação de um imposto progressivo sobre a propriedade da terra e o economista do Ibase, Plínio Pereira Júnior, falou da "missão econômica que a reforma agrária tem a cumprir". Ele sugeriu a limitação do tamanho da propriedade rural, a substituição da expressão "função social" por "obrigação social" e rapidez nas desapropriações, com a posse imediata da terra.

Afonso Arinos reconheceu a importância econômica da reforma agrária, mas para ele, "a questão social é dominante". Para o senador, as invasões na cidade são uma consequência do que acontece no campo. "As favelas de hoje são as senzalas de ontem e os miseráveis podem tomar conta do processo gerando a ingovernabilidade. Sem revolução."



Monarquistas lançam Ulysses para o trono

Brasília — Presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães poderia ser rei do Brasil através de eleições diretas, se a Constituinte adotasse as idéias do lobby da monarquia, que há dois dias percorre os corredores do Congresso Nacional. Além de Ulysses, Mário Covas e Afonso Arinos estão cotados para inaugurar uma nova dinastia, mas no íntimo os integrantes do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos prefeririam a volta ao trono da família Orleans e Bragança, à qual pertenceu o último imperador do Brasil, dom Pedro II.

Na opinião dos monarquistas, uma coroa é tudo que o país precisa para alcançar a estabilidade política. "As pessoas acham que monarquia é coisa do passado, lembram de Luís XIV, dos babados na roupa e essa coisa toda. Não é nada disso. Monarquia significa estabilidade política e é disso que o Brasil está precisando", diz Fernando Bolzoni, gaúcho, 18 anos, membro da Juventude Monarquista, que, usando jeans, camisa polo e tênis, tenta convencer os constituintes a apoiar a proposta a favor da monarquia já anunciada pelo deputado Cunha Bueno (PDS-SP).

Pela fórmula imaginada por Bolzoni

e por seus colegas, o gaúcho Aldo Campagnola e o paranaense Rut Coutinho, o rei seria apenas o chefe do estado, com um primeiro-ministro funcionando como chefe do governo, nos moldes da Inglaterra, Espanha e Suécia. Eles acreditam que a monarquia parlamentarista teria sobre o parlamentarismo simples a vantagem da estabilidade.

Na visão dos monarquistas, a partir do momento em que um brasileiro fosse coroado, estabelecendo sua dinastia, ele passaria a se identificar apenas com a Nação, ficando livre de injunções políticas. O mais fácil, prosseguem os monarquistas, seria a volta da dinastia Orleans e Bragança, da qual fez parte dom Pedro II. "Mas nada impede que a Constituinte decida escolher nosso monarca ou mesmo que haja uma eleição direta", argumenta Campagnola, com habilidade política.

Os monarquistas não duvidam do apoio do povo ao velho regime. Eles acham que o brasileiro, inconscientemente, quer mesmo a volta do reinado: "Temos o rei do futebol, o rei Roberto Carlos, o Rei Momo e até uma escola de samba chamada Imperatriz Leopoldinense. Só falta um rei de verdade."

Editorial Crepúsculo Retórico